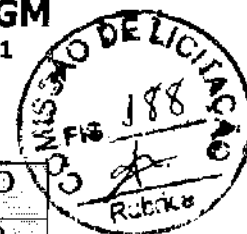




PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO – CGM

1



PARECER DO CONTROLE INTERNO
PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº. A/2019-003 PMP
ASSUNTO: Adesão a Ata de Registro de Preços nº. 8/2018, oriunda do Pregão Eletrônico nº. 19/2017/FNDE/MEC, cujo objeto é o registro de preços para eventual aquisição de veículos de transporte escolar diário de estudantes, denominado de ônibus Rural Escolar -ORE 1 (4X4), com o objetivo de atender as unidades escolares de ensino infantil e fundamental, da Secretaria Municipal de Educação do Município de Parauapebas, Estado do Pará.

Ressalvando-se os aspectos jurídicos, tendo em vista que serão analisados pela Procuradoria Geral no Parecer Jurídico, passemos à análise do presente processo no que tange à preços, quantitativos apresentados, Termo de Referência rubricado e assinado pela Autoridade Competente, bem como a indicação orçamentaria.

Aportando esta Controladoria dos autos, cumpre observar que todos os trâmites processuais necessários entre Autoridade Competente e Comissão de Licitação foram seguidos.

De acordo com a Lei Municipal nº 4.293/2005, "Art. 1º Fica instituído o Sistema Integrado de Controle Interno do Poder Executivo, que por objeto a fiscalização contábil, financeira, orçamentaria, operacional e patrimonial da Administração Pública Municipal e a verificação e avaliação dos resultados obtidos pelos administradores em geral."

I. RELATÓRIO

1. O presente processo é composto por 187 páginas, contendo os seguintes documentos:

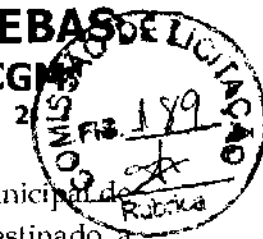
Processo nº. A/2019-003 PMP

Centro Administrativo, Morro dos Ventos S/N - Bairro Beira Rio II - Parauapebas /PA.
CEP 68.515-000 Tel (94) 3327-7414 E-mail: cgm.controladoria@parauapebas.pa.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO – CGM



- Memorando nº. 001/2019-GAB/SEMED emitido pelo Secretário Municipal de Educação, Sr. Raimundo Oliveira Neto (Decreto nº. 011/2017) destinado a Comissão Permanente de Licitação, solicitando a abertura de processo administrativo de adesão, para aquisição de veículo de transporte escolar diário de estudante, com objetivo de atender as unidades escolares de ensino infantil e fundamental, da Secretaria Municipal de Educação do Município de Parauapebas, Estado do Pará, onde apresentou a seguinte justificativa e Observação:

→ **Justificativa:** “Dados estatísticos do MEC registram que a falta de transporte tem contribuído, sobremaneira, para evasão escolar. Somando-se a isso a inexistência de transporte suficiente para tamanha demanda; o conhecido mau estudo de conservação dos poucos veículos existentes; a utilização de veículos existentes; a utilização de veículos inadequados ao transporte de estudantes da zona rural tornou-se necessário, um apoio do Governo Federal, aos Estados e Municípios para aquisição de ônibus escolares, com objetivo de proporcionar mobilidade aos alunos, na locomoção de suas residências na zona rural até as instituições de ensino. Destarte, cumpre ressaltar, que é de extrema importância para esta Secretaria, a inserção de todos os alunos nos quadros de estudantes deste Município, garantindo assim, a transversalidade da Educação, em todas modalidades, etapas e níveis de ensino. Portanto, considerando todos estes aspectos mencionados, esse Município em parceria com o Governo Federal, visando melhoria da qualidade da educação pública, garantindo a acessibilidade e permanência, a todos os alunos das escolas, de Ensino Infantil e Fundamental de Parauapebas, solicita a adesão de Ata de Registro nº. 8/2018, oriunda do Pregão Eletrônico 19/2017, cujo objeto é registro de preços para eventual aquisição de veículos de transporte escolar diário de estudantes, denominado de Ônibus Rural Escolar – ORE1 (4X4), com objetivo de proporcionar segurança e autonomia no transporte de alunos residentes na zona rural, rumo as instituições de Ensino deste Município.”

→ **Observação:** “É bom alocite observar que a presente Ata, não se trata de um Registro de Preços Comum, previsto no Art. 15 da Lei 8666/93, regulamento pelo Decreto Federal nº. 7.892/2013 e Decreto Municipal nº. 071/2014, pois desde o final de 2007, o FNDE, em parceria com Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO), realiza licitações, por meio de pregões eletrônicos, e estes, geram ata de registro de preços, a qual deve obrigatoriamente adotada pelos entes federativos que recebem recursos da União, para aquisição de veículos destinados ao transporte escolar, conforme consta em Acórdão do Tribunal de Contas da União”;

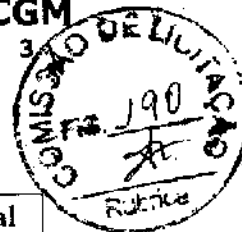
- Termo de Referência constando Objeto, Justificativa, Parâmetros, Prazo de Vigência Contratual, Valor Previsto, Atribuições da Secretaria Municipal de Educação – SEMED, Ata de Registro de Preço e Disposições Finais e Gerais;
- Consta documento relacionando o número de alunos de Ensino Fundamental da Educação no Campo e Indígena;

Processo nº. A/2019-003 PMP



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO – CGM

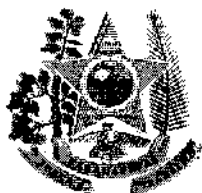


- Planilha de Itens e Quantitativos, conforme abaixo:

DESCRIÇÃO	QTD	Valor Unitário	Valor Total
ÔNIBUS Rural Escolar - ORE 1 (4X4)	1	R\$ 271.500,00	R\$ 271.500,00

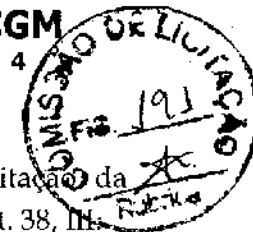
- Indicação do Objeto e do Recurso, com as seguintes classificações:
 - ✓ Classificação Institucional: 1601- Secretaria Municipal de Educação;
 - ✓ Atividade: 12.361.3020.2.150 - Manutenção do Transporte Escolar e Aquisição de veículos para transporte Escolar;
 - ✓ Classificação Econômica: 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente;
 - ✓ Sub-elemento: 4.4.90.52.48 - Veículos diversos
 - ✓ Valor Total Previsto: R\$ 271.500,00
 - ✓ Saldo Orçamentário Disponível: R\$ 271.500,00
- Consta nos autos consulta junto ao Sistema de Gerenciamento de Atas de Registro de Preços do FNDE solicitando adesão à ata oriunda do Pregão Eletrônico 9/2017, para o item ônibus Escolar - ORE 1 (4X4) com DPM;
- Compõe os autos autorização expedido pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação para utilização da ata de registro de preço do Pregão Eletrônico nº. 19/2017/FNDE/MEC;
- Integra o processo Ofício nº. 4378 emitido pelo representante da empresa Marcopolo S.A. informando sobre a ciência da obrigação de fornecimento vinculado à ata de registro de preços do Pregão Eletrônico nº. 129/2017/FNDE/MEC junto a Prefeitura Municipal de Parauapebas, na condição de Órgão Participante de Compra Nacional;
- Declaração de Adequação Orçamentária e Financeira expedida pelo Secretário Municipal de Educação, Sr. Antonino Alves Brito (Decreto nº. 034/2017), atestando que existem recursos orçamentários e financeiros para o atendimento da despesa de que trata esse processo, constando no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias -LDO, da Lei Orçamentária Anual - LOA e Plano Plurianual (PPA);
- Compõe os autos Autorização do Secretário Municipal de Educação - Adjunto, Sr. Antonino Alves Brito (Decreto nº. 034/2017), para abertura do procedimento licitatório Adesão nº. A/2019-003 SEMED, com a utilização de recursos oriundos do orçamento vigente, dotação orçamentária exercício 2019;

Processo nº. A/2019-003 PMP



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS

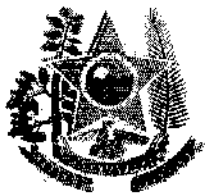
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO – CGM



- Foi formalizada a designação da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Parauapebas, conforme a Lei nº 8.666/93, art. 38, III:
 - ✓ Fabiana de Souza Nascimento – Presidente
 - ✓ Thaís Nascimento Lopes – Membro
 - ✓ Midiane Alves Rufino Lima – Membro
 - ✓ Wéllida Patrícia Nunes Machado -Membro
 - ✓ Carmen Rafaela Gouvêa Uchôa – Membro
 - ✓ Hellen Nayana de Alencar Reis – Suplente
 - ✓ Alynne do Nascimento Ripardo Eugênio de Sousa – Suplente
 - O processo foi devidamente autuado em 16 de Janeiro de 2019 pelas servidoras Fabiana de Souza Nascimento, Midiane Alves Rufino Lima e Hellen Nayana de Alencar Reis;
2. Foi formalizada a designação da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Parauapebas, conforme a Lei nº 8.666/93, art. 38, III:
- Fabiana de Souza Nascimento – Presidente
 - Thaís Nascimento Lopes – Membro
 - Midiane Alves Rufino Lima – Membro
 - Wéllida Patrícia Nunes Machado -Suplente
 - Carmen Rafaela Gouvêa Uchôa – Suplente
 - Hellen Nayana de Alencar Reis – Suplente
 - Alynne do Nascimento Ripardo Eugênio de Sousa – Suplente
3. Foram colacionados aos autos os seguintes documentos referentes ao Pregão Eletrônico nº. 19/2017/FNDE/MEC:
- Portaria nº. 579 de 11 de Novembro de 2016 designando os servidores para exercerem a atividade de Pregociro do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE;
 - Parecer nº. 0021/2017/DICAD/PFFNDE/PGF/AGU expedido pelo Procurador Federal Raphael Peixoto de Paula Marques opinando pela regularidade jurídica da minuta do edital e contrato administrativo;
 - Edital e seus anexos do Pregão nº. 9/2017 oriundo do processo administrativo nº. 23034.019710/2017-78;

Processo nº. A/2019-003 PMP

Centro Administrativo, Morro dos Ventos S/N - Bairro Beira Rio II - Parauapebas /PA.
CEP 68.515-000 Tel (94) 3327-7414 E-mail: cgm.controladoria@parauapebas.pa.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO – CGM

5



- Publicação do aviso de licitação no Diário Oficial da União;
 - Termo de homologação do Pregão Eletrônico nº. 19/2017;
 - Ata de Registro de Preços nº. 8/2018;
4. Foram anexados no processo os seguintes documentos da empresa Marcopolo S.A:
- Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da companhia aberta Marcopolo S.A.;
 - Certidão de Registro e Quitação de Pessoa Jurídica emitida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul;
 - Cópia das publicações das Demonstrações Financeiras no Diário Oficial (fls. 165/166);
 - Documento Pessoal do Sr. Sidnei Vargas da Silva (RG nº. 6038061328 – SSP/RS e CPF Nº. 377.402.700-59);
 - Certidão Positiva com Efeito de Negativa nº. 24018/2018 emitida pelo Município de Caxias do Sul –RS;
 - Certidão Positiva com efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
 - Certidão Negativa de Débitos expedida pela Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul;
 - Certidão de Regularidade do FGTS-CRF;
 - Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito de Negativa;
 - Certidão Judicial Cível Negativa;
 - Declaração de não empregar menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso e insalubre e em qualquer trabalho, menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz;
5. Consta despacho da Comissão Permanente de Licitação para a análise do 1º Termo Aditivo ao Contrato nº. 20180016;
6. Minuta do Contrato, com as cláusulas do objeto, vigência e eficácia, valor e dotação orçamentária, fiscalização, encargos da contratante e da contratada, das penalidades, do pagamento, da garantia, da rescisão, do aumento e da supressão, da publicação e do foro, conforme artigo 8.666/93. Em tempo, cabe ressaltar que a viabilidade e legalidade da análise da Minuta do Edital serão realizadas mediante Parecer Jurídico da Procuradoria Geral do Município, conforme menciona artigo 38, parágrafo único da Lei 8.666/93:

Art. 38. O procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e no qual serão juntados oportunamente:

Processo nº. A/2019-003 PMP

Centro Administrativo, Morro dos Ventos S/N – Bairro Beira Rio II - Parauapebas /PA.
CEP 68.515-000 Tel (94) 3327-7414 E-mail: cgm.controladoria@parauapebas.pa.gov.br

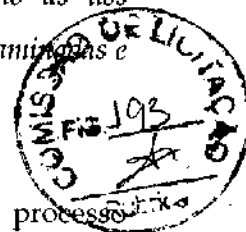


PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO – CGM

6

Parágrafo único. As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração.



7. Consta Despacho da Comissão Permanente de Licitação destinando o processo A/2019-003 PMP para esta Controladoria Municipal;

É o Relatório.

II. CONTROLE INTERNO

Cabe a ressalva quando da responsabilização solidária do responsável pelo Controle Interno só ocorrerá em casos de conhecimento da ilegalidade ou irregularidade e dela não informar tais atos ao Tribunal de Contas no qual é vinculado, ferindo assim sua atribuição de apoiar o Controle Externo. Importante também destacar que o Controlador Interno não é o ordenador de despesas e que tal atribuição se restringe ao gestor. Assim, tendo em vista que a “contratação” em análise implica em realização de despesa, segue manifestação do Controle Interno.

III. FUNDAMENTOS

A adesão à ata de registro de preços se dá com a possibilidade de um órgão ou entidade que não participou do procedimento licitatório aderir à ata e adquirir os bens e serviços licitados por órgão diverso.

O Decreto nº. 7892/2013 regulamenta a figura do Carona instituído na Lei 8.666/93 (Lei de Licitações), onde elenca em seu Artigo 22 a definição de tal instituto: “Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública federal que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.”

De início, fica claro que o órgão não participante da ata deve demonstrar a vantagem de aderir à ata de outro órgão ao invés de realizar uma licitação própria.

Além disso, o fornecedor beneficiário da ata deve concordar com a adesão de modo a não prejudicar as obrigações assumidas com os órgãos gerenciador e participantes da licitação.

Processo nº. A/2019-003 PMP

Centro Administrativo, Morro dos Ventos S/N - Bairro Beira Rio II - Parauapebas /PA
CEP 68.515-000 Tel (94) 3327-7414 E-mail: cgm.controladoria@parauapebas.pa.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO – CGM

7

A utilização da adesão à ARP não pode se revelar indiscriminada, mas justificada por circunstâncias que revelem ser a adesão à opção mais econômica para a Administração, quando houver motivação expressa em tal sentido.

Sobre o tema, a Corte de Contas também fixou, no Acórdão nº 2.764/2010 – Plenário, alguns requisitos a serem observados pelas entidades jurisdicionadas, dentre eles a necessidade de observância dos quantitativos registrados em ata.

Posto isso verificamos que houve a implementação das condicionantes estabelecidas na normativa aplicável à adesão à ARP, consoante a observância dos seguintes requisitos:

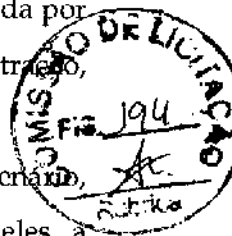
a) avaliação interna do órgão não participante (carona) de que os preços e condições do SRP são efetivamente vantajosos, justificando sua conduta;

No tocante a este tema, visualizamos por meio da Declaração do Ordenador de Despesas às fls. 02 que a presente Ata não se trata de um Registro de Preços Comum, previsto no Artigo 15 da Lei 8.666/93, regulamentado pelo Decreto Federal nº. 7892/2013, pois desde o final de 2007, o FNDE, em parceria com o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO), realiza licitações por meio de pregões eletrônicos, e estes, geram atas de registros de preços, a qual deve obrigatoriamente adotada pelos entes federativos que recebem recursos da União, para aquisição de veículos destinados ao transporte escolar, CONFORME Acórdão do Tribunal de Contas da União:

GRUPO I-CLASSE V -PlenárioTC 026.597/2011-0 Natureza: Relatório de AuditoriaEntidade: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.Interessado: Tribunal de Contas da União -TCU.Advogadoconstituído nos autos: não há. SUMÁRIO: AUDITORIA DE CONFORMIDADE. FISCALIZAÇÃO DE ORIENTAÇÃO CENTRALIZADA. PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS RELACIONADAS AO TRANSPORTE ESCOLAR. PNATE E PROGRAMA CAMINHO DA ESCOLA. CONSOLIDAÇÃO DOS RESULTADOS. CIENTIFICAÇÃO E RECOMENDAÇÕES. CIÊNCIA ÀS INSTÂNCIAS INTERESSADAS. DETERMINAÇÃO DE MONITORAMENTO. ARQUIVAMENTO -12. Desde o final de 2007, o FNDE, em parceria com o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro), licita, por meio de pregões eletrônicos, veículos com especificações exclusivas, adequadas ao transporte de estudantes e ao trânsito em vias das zonas rurais e urbanas brasileiras. Esse pregão gera ata de registro de preços, a qual deve ser obrigatoriamente adotada pelos

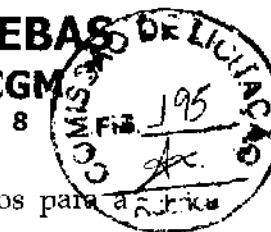
Processo nº. A/2019-003 PMP

Centro Administrativo, Morro dos Ventos S/N - Bairro Beira Rio II - Parauapebas /PA.
CEP 68.515-000 Tel (94) 3327-7414 E-mail: cgm.controladoria@parauapebas.pa.gov.br





PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO – CGM



entes federativos que recebem recursos da União por meio de convênios para aquisição de veículos destinados ao transporte escolar.

Diante do exposto, não há que se demonstrar a vantajosidade da ata de registro de preços em tela, posto que a determinação judicial acima exposta impõe uma obrigação de todos os entes federativos, sejam eles Estaduais ou Municipais, de serem obrigatoriamente realizado procedimento de adesão, quando estes receberem recursos da União, como é o caso aqui em tela.

c) consulta prévia e concordância do órgão realizador da Ata de Registro de Preços;

d) concordância do fornecedor da contratação pretendida pelo carona, desde que não prejudique os compromissos anteriormente assumidos;

e) mantidas as mesmas condições contratuais do registro;

Ademais, cumpre verificar se a Ata de Registro de Preço selecionada está dentro do prazo de validade de 12 (doze) meses. Ressalte-se que, decorrido o prazo mencionado, não será possível a adesão à referida ata. Neste sentido, é necessário atentar-se sobre o vencimento da Ata de Registro de Preços nº. 20170295 que ocorrerá em 20 de Abril de 2019, conforme item 3 do instrumento em questão.

Parâmetro de Quantitativo

No que tange aos parâmetros para fixação do quantitativo apresentado, a Secretaria Municipal de Educação apresentou planilha relacionando a quantidade de alunos do Ensino Fundamental de Educação do Campo e Indígena. Observamos que o total de alunos consignado na planilha foram de 2291 alunos. Nesse sentido, recomendamos que a Secretaria retro mencionada apresente melhores esclarecimentos se apenas um ônibus será suficiente para atender todos os alunos, se há outros veículos que realizam esse tipo de serviço, etc.

Qualificação econômico-financeira da empresa

No tocante a avaliação econômico - financeira da pretensa fornecedora, competência essa deste Controle Interno, observamos que foi anexado neste procedimento administrativo

Processo nº. A/2019-003 PMP

Centro Administrativo, Morro dos Ventos S/N – Bairro Beira Rio II - Parauapebas /PA.
CEP 68.515-000 Tel (94) 3327-7414 E-mail: cgm.controladoria@parauapebas.pa.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO – CGM



cópia das Demonstrações Financeiras publicadas no Diário Oficial, porém as referidas cópias estão ilegíveis, restando prejudicada tal análise. Nesse sentido, recomendamos a juntada de tais documentos de forma legível, com o fito de demonstrar a boa situação da empresa em comento, e a possibilidade de firmar contrato com este Município.

Com relação à comprovação da regularidade fiscal da contratada foram acostadas certidões que comprovaram a conformidade desta para realizar contratos com a Administração Pública. Como se sabe, tal condição de regularidade para contratar com ente público é exigência contida na Constituição Federal, em seu art. 195, § 3º, bem como no art. 29, inciso IV, Lei 8.666/93, e deve ser observada não só quando da celebração contratual originária, mas em todo e qualquer aditivo contratual que importe em renovação de vigência.

IV. CONCLUSÃO

Nesta análise foram enfocados apenas aspectos legais com base nos elementos fornecidos no processo, não sendo considerados os critérios que levaram a Administração a tal procedimento.

Sendo assim, o processo está revestido de todas as formalidades legais, estando apto a gerar despesas para a municipalidade e, por fim, DECLARO estar ciente de que as informações aqui prestadas estarão sujeitas à comprovação por todos os meios legais admitidos, desde que sejam sanadas as seguintes recomendações:

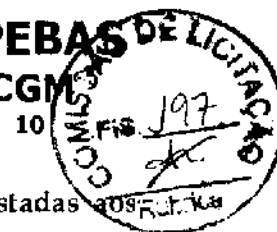
- Apresentação de esclarecimentos quanto ao quantitativo solicitado nesta adesão será suficiente, tendo em vista o número de alunos relacionados na planilha de fls. 12 são no importe de 2291 (Educação do campo somado com Educação Indígena), ou se o veículo aqui pretendido será para complementar a frota existente;
- Solicitamos a juntada do Balanço Patrimonial, Termo de Abertura e Encerramento do Livro Diário e Índices de Liquidez do exercício de 2017, com intuito de verificar a boa situação da pretensa fornecedora;

Processo n.º. A/2019-003 PMP

Centro Administrativo, Morro dos Ventos S/N – Bairro Beira Rio II - Parauapebas /PA.
CEP 68.515-000 Tel (94) 3327-7414 E-mail: cgm.controladoria@parauapebas.pa.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO – CGM

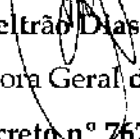



- Recomenda-se a verificação da autenticidade das certidões acostadas aos autos da presente Adesão;
- A necessidade da designação do fiscal após a assinatura do contrato do qual caberá supervisionar, fiscalizar e acompanhar a sua execução, bem como a sua exequibilidade, garantindo o seu fiel cumprimento e a qualidade no serviço estabelecido no contrato;
- Que seja apresentada, em parecer emitido pela Procuradoria Geral do Município, manifestação quanto à legalidade deste aditivo, tendo em vista que a análise desta Controladoria se limita a análise da indicação orçamentária, preços e quantitativos;

Enfim, as informações acostada aos autos são de inteira responsabilidade e veracidade do Ordenador de despesas Secretaria Municipal de Educação, que tem competência técnica para tal. Ante o exposto, tendo em vista que cabe ao setor competente realizar as revisões adequadas ao processo, sugerimos provimento pela continuidade do procedimento.

É o parecer.

Parauapebas/PA, 24 de Janeiro de 2018.


Júlia Beltrão Dias Praxedes
Controladora Geral do Município
Decreto nº 767/2018


Samayra Lessoni Stival
Assessora Jurídica
Decreto nº. 130/2018

Processo nº. A/2019-003 PMP